

## Fundo Amazônia - estratégias de implementação

### Antecedentes

O Fundo Amazônia constitui iniciativa inovadora, a qual pretende viabilizar a disponibilização de incentivos aos países em desenvolvimento por suas reduções voluntárias na emissão de gases de efeito estufa resultante do desmatamento e degradação das florestas, conforme previsto na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, conforme proposta apresentada pelo Governo Brasileiro na Conferência das Partes (COP) realizada em Nairóbi, no Quênia.

Os esforços brasileiros para redução do desmatamento, principalmente na Amazônia brasileira, são internacionalmente reconhecidos, inicialmente pelo pioneirismo tecnológico do país em monitorar anualmente as mudanças na cobertura florestal, realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais desde 1988, como também pelos sucessos obtidos pela ação governamental para a reversão do incremento das taxas anuais de desmatamento.

Um grande esforço governamental vem sendo desenvolvido para deter o desmatamento na Amazônia, marcado pela implementação, desde março de 2004, do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAM, no qual 13 Ministérios do Governo Federal, sob coordenação direta da Presidência da República, desenvolvem ações articuladas para a redução das taxas de desmatamento.

Para o período de 2008 a 2011, aproximadamente US\$ 500 milhões estarão sendo aplicados pelo Governo Federal em iniciativas relacionadas ao PPCDAM. Entretanto, à medida que se reduzem os índices de desmatamento, mais onerosos ficam os esforços para reduções sucessivas, de forma que novos avanços deverão exigir maiores e mais sofisticadas ações da sociedade brasileira e dos governos federal e estaduais.

Complementarmente ao PPCDAM, a sociedade brasileira vem discutindo, desde o ano de 2003, as diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, reunidas no Plano Amazônia Sustentável - PAS, pactuado entre o Governo Federal e os governos dos estados da Amazônia brasileira no início de 2008, que compreende um conjunto de objetivos e diretrizes estratégicas, elaborados a partir de um diagnóstico atualizado da Amazônia contemporânea e de seus desafios, orientando para um novo modelo de desenvolvimento.

### Estabelecimento do Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia, com criação autorizada pelo Presidente da República Federativa do Brasil, a partir do Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico, apoiando projetos nas seguintes áreas:

- ✓ gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- ✓ controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- ✓ manejo florestal sustentável;
- ✓ atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta;
- ✓ Zoneamento Ecológico e Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- ✓ conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- ✓ recuperação de áreas desmatadas.

Adicionalmente, o Fundo Amazônia poderá apoiar o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

O Fundo Amazônia será gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e contará com um Comitê Orientador, com a atribuição de determinar suas diretrizes e acompanhar os resultados obtidos, e com um Comitê Técnico, com a atribuição de atestar as emissões oriundas de desmatamentos na Amazônia.

Ao Comitê Orientador ainda cabe o papel de zelar pela fidelidade das iniciativas apoiadas pelo Fundo Amazônia, pela determinação de suas diretrizes de aplicação dos recursos, em conformidade com as diretrizes do Plano Amazônia Sustentável - PAS e do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAM. Esse Comitê será composto por representantes do Governo Federal, dos governos dos estados da Amazônia Legal brasileira envolvidos no combate ao desmatamento e da sociedade civil, sendo suas deliberações tomadas por consenso entre os três segmentos representados.

O Comitê Técnico, que tem por atribuição atestar, anualmente, os cálculos apresentados pelo Ministério do Meio Ambiente quanto às reduções efetivas de Emissões de Carbono Oriundas de Desmatamento, apreciando as metodologias de cálculo da área de desmatamento e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões. O Comitê Técnico será composto por seis especialistas de notório saber técnico-científico indicados pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

### **Etapas de implementação**

As etapas de implementação do Fundo Amazônia envolvem a sua institucionalização junto ao BNDES, com a definição de seu Regulamento, a implantação do Comitê Técnico, por parte do Ministério do Meio Ambiente, e do Comitê Orientador, após indicações das instituições representadas.

As estratégias de financiamento dos projetos deverão observar as áreas temáticas determinadas pelo Decreto presidencial, bem como articular-se com as estratégias do PPCDAM e os objetivos do PAS.

### **Objetivos do Programa Amazônia Sustentável**

O Plano Amazônia Sustentável - PAS compreende um conjunto de objetivos e diretrizes estratégicas, elaborados a partir de um diagnóstico atualizado da Amazônia contemporânea e de seus desafios, e visa a orientar para um novo modelo de desenvolvimento, no qual as soluções econômicas sejam ambientalmente sustentáveis.

Os princípios metodológicos do desenvolvimento do PAS fundamentaram-se na consulta aos diversos setores da sociedade regional e nacional, priorizando a produção sustentável com tecnologia avançada, a implantação de um novo padrão de financiamento, a gestão ambiental e o ordenamento territorial, a inclusão social e cidadania, e a implantação de infraestrutura para o desenvolvimento.

Esses temas são resultantes da necessidade de um adequado tratamento às dimensões regionais da Amazônia brasileira, prevalecendo a visão de que as ações devem respeitar as diversidades locais, favorecendo os potenciais locais de desenvolvimento, criando oportunidades objetivas de geração de emprego e renda, com sustentabilidade ambiental.

As diretrizes estratégicas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, conforme proposto no Plano, estão agrupadas em 4 eixos temáticos:

- ✓ Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental;
- ✓ Produção Sustentável com Inovação e Competitividade;

- ✓ Infra-Estrutura para o Desenvolvimento; e
- ✓ Inclusão Social e Cidadania.

Esses eixos ressaltam o papel do Estado, enfatizando a ampliação de sua presença na Região Amazônica, de forma a garantir uma maior governabilidade sobre os movimentos de ocupação e de transformação sócio-produtiva, orientando o uso do território e de seus recursos, e assegurando a adequada provisão de serviços públicos essenciais.

### *Estratégias de Implementação do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal*

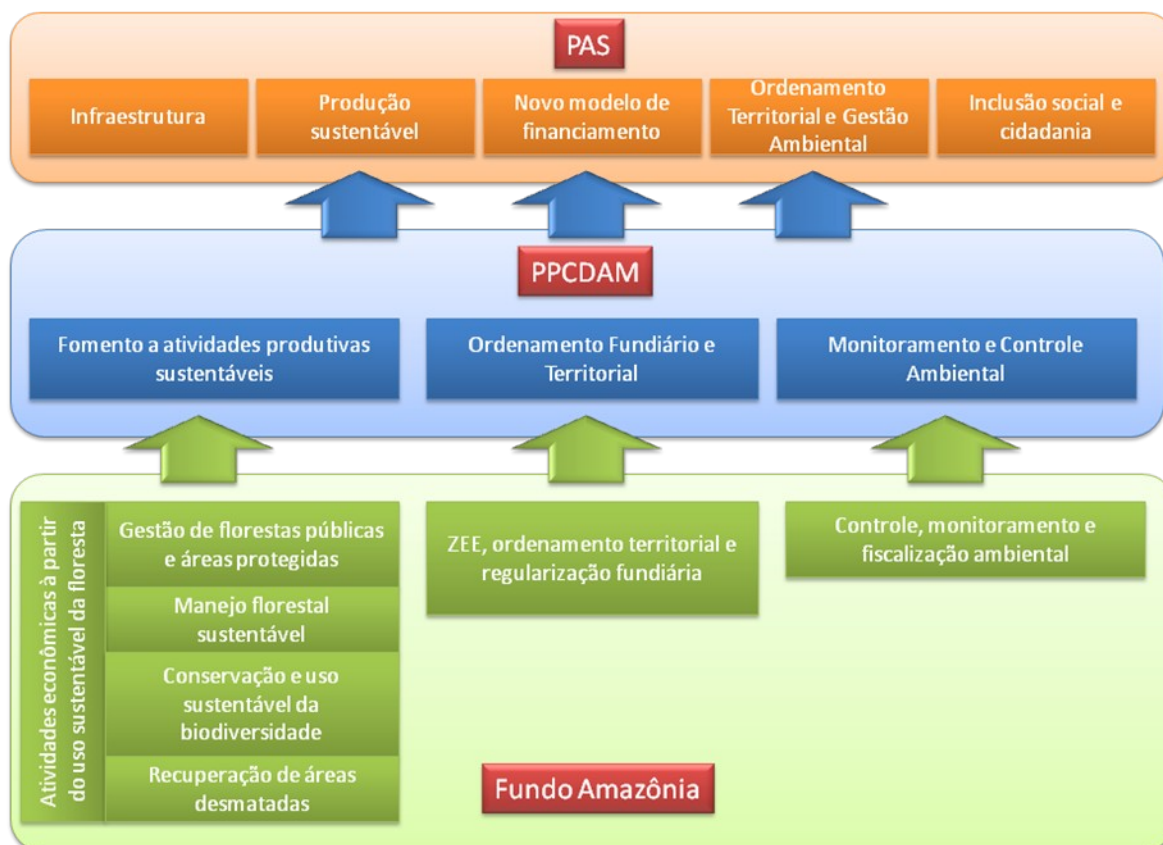
O Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, lançado em 2004 como resposta governamental às crescentes taxas de desmatamento na Amazônia, tem como objetivo promover a redução das taxas de desmatamento por meio de um conjunto de ações integradas de ordenamento territorial e fundiário, monitoramento e controle, fomento a atividades produtivas sustentáveis e infra-estrutura, envolvendo parcerias entre órgãos federais, governos estaduais, prefeituras, entidades da sociedade civil e o setor privado.

O PPCDAM envolveu, inicialmente, iniciativas de 11 Ministérios, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, organizadas em três principais estratégias de implementação, envolvendo:

- ✓ Ordenamento fundiário e territorial;
- ✓ Monitoramento e controle ambiental; e
- ✓ Fomento a atividades produtivas sustentáveis.

### *Implementação do Fundo Amazônia em articulação com as estratégias de desenvolvimento sustentável e de combate ao desmatamento*

A articulação das áreas temáticas do Fundo Amazônia com as estratégias de implementação do PPCDAM e os objetivos do PAS podem ser representados como se segue:



### Resultados esperados nas áreas de investimento do Fundo Amazônia

Além da redução das emissões de gases de efeito estufa, as áreas temáticas propostas para apoio pelo Fundo Amazônia podem ser coordenadas de forma a contribuir para a obtenção de resultados significativos na implementação de seus objetivos de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico.

#### *Gestão de florestas públicas e áreas protegidas*

Os modelos de gestão de Florestas Públicas foram introduzidos recentemente no ordenamento jurídico brasileiro por intermédio da Lei 11.286, de 2 de março de 2006, e compreendem as iniciativas de criação de unidades de conservação, a destinação de florestas às populações locais e sua gestão por intermédio de contratos de concessão florestal. O objetivo maior da gestão é garantir a permanência das áreas florestais sob domínio do Estado, impedindo sua conversão para usos alternativos do solo e dando destinação aos recursos florestais, quer sob a forma de reservas, quer sob a gestão comunitária ou empresarial.

#### *Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;*

As iniciativas de controle, monitoramento e fiscalização ambiental têm por objetivo imediato garantir a integridade dos recursos naturais, buscando evitar as práticas criminosas e predatórias associadas ao acesso irregular e orientar as estratégias de ordenamento e de fomento ao seu uso.

As práticas de controle e monitoramento com o uso intensivo de tecnologias de sensoriamento remoto vêm sendo largamente utilizadas na Amazônia brasileira e tem permitido ao Estado acompanhar, com razoável rapidez, as perturbações antrópicas e naturais, ainda que de pequena escala.

### *Manejo florestal sustentável*

A ampliação do manejo florestal, como estratégia de conservação da floresta, simultaneamente à geração de renda proveniente de sua exploração sustentável, madeireira e não madeireira, demanda iniciativas intensivas em conhecimentos e gestão, de forma a viabilizar-se como opção ao uso alternativo do solo e à expansão da agropecuária nas áreas de florestas.

### *Recuperação de áreas desmatadas*

A realização de ajustes junto às propriedades que desenvolvem atividades agropecuárias nas áreas florestais da Amazônia configura-se um desafio que, para ser cumprido, demanda grandes investimentos, os quais têm a capacidade de, a um só tempo, diminuir as pressões sobre novas áreas de florestas e garantir seu reflorestamento e restauração.

### *Zoneamento Ecológico e Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária*

As iniciativas de ordenamento territorial e regularização fundiária, tanto em terras públicas quanto privadas, têm por função a reafirmação do planejamento da ocupação e destinação de recursos, buscando reverter o quadro de fragilidade da presença do Estado, de grilagem e outras formas de ocupação indevida da terra, e a conseqüente exploração predatória dos recursos naturais e a impunidade dos crimes ambientais.

Destas iniciativas, esperam-se conseqüências sociais e econômicas importantes, que sejam capazes de refrear e fazer retroceder o acirramento de conflitos decorrentes da disputa pela terra, bem como os usos inadequados do solo e o descumprimento da legislação ambiental e demais normas de licenciamento e gestão ambiental.

### *Conservação e uso sustentável da biodiversidade*

As iniciativas de conservação e uso sustentável da biodiversidade, direcionadas para a implementação das metas nacionais de conservação e para a valorização do imenso potencial econômico representado pela diversidade biológica encontrada na região, também podem ser direcionadas em proveito do desenvolvimento regional, a partir da valorização dos conhecimentos locais e do desenvolvimento de produtos de forte base tecnológica e elevado valor agregado.

### **Próximas etapas**

As próximas etapas para implantação do Fundo Amazônia envolvem:

- ✓ instituição do Comitê Orientador, visando à definição das diretrizes de aplicação dos recursos e as formas de acompanhamento do desempenho do Fundo;
- ✓ instituição do Comitê Técnico e a apreciação da metodologia apresentada pelo Ministério do Meio Ambiente para os cálculos das Emissões Reduzidas;
- ✓ elaboração dos procedimentos operacionais do Fundo Amazônia, pelo BNDES;
- ✓ determinação das diretrizes para a auditoria do Fundo e seleção de auditores independentes;
- ✓ continuidade na captação de recursos para o Fundo.

Com o cumprimento destas etapas, o Fundo Amazônia estará em condições plenas de operação.